

Entre avanços e inconsistências: as contribuições de Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson para a teoria pós-keynesiana da distribuição de renda

Kaio Glauber Vital da Costa¹

Área temática 1: Metodologia e história do pensamento econômico

Resumo

O objetivo do artigo é resgatar as contribuições de Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson para o desenvolvimento da teoria pós-keynesiana da distribuição de renda. Em primeiro lugar, localizamos o debate de Keynes com Dunlop, Tarshis e Kalecki como ponto de partida para as posteriores análises da temática da distribuição de renda na teoria pós-keynesiana. Em seguida, analisamos as contribuições de Kaldor, Kalecki e Robinson para o desenvolvimento de uma teoria pós-keynesiana da distribuição de renda. A hipótese central do presente estudo é que os autores possuem uma característica em comum fundamental para o pensamento pós-keynesiano: a poupança se ajusta a dado nível de investimento (determinado de forma independente via *animal spirits*), através da redistribuição de renda entre salários e lucros.

Palavras-chave: Distribuição de renda; crescimento econômico; acumulação de capital; história do pensamento econômico; teoria pós-keynesiana

Abstract

The main objective of this paper is recovering the contributions of Nicholas Kaldor, Michal Kalecki and Joan Robinson for the development of post-Keynesian theory of income distribution. Firstly, we locate the debate among Keynes, Dunlop, Tarshis and Kalecki as a starting point for further analysis of the issue of income distribution in the post-Keynesian theory. Then, we analyze the contributions of Kaldor, Kalecki and Robinson on the income distribution. The central hypothesis of this study is that the authors have a fundamental feature in common for the post-Keynesian thought: saving fits the given level of investment (determined independently by animal spirits), through the redistribution of income between wages and profits.

Key-words: Income distribution; economic growth; capital accumulation; history of economic thought; post-Keynesian theory

Classificação JEL: B22, B31

¹ Doutorando do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).
Endereço eletrônico: kaio.costa@ppge.ie.ufrj.br

1. Introdução

O objetivo do presente estudo é resgatar as contribuições realizadas por Nicholas Kaldor, Joan Robinson e Michal Kalecki sobre a temática da distribuição de renda. Com isso, pretendemos mostrar como tais autores formam a base a partir da qual serão formulados vários modelos de crescimento e distribuição de renda de recorte analítico pós-keynesiano² (Roncaglia, 2011). A hipótese central do presente estudo é que, embora existam diferenças nas hipóteses levantadas pelos autores, refletindo-se em resultados que por vezes parecem contraditórios, os autores possuem uma característica fundamental para a teoria pós-keynesiana da distribuição de renda: a poupança se ajusta a dado nível de investimento (determinado de forma independente via *animal spirits*), através da redistribuição de renda entre salários e lucros.

Até o fim do século XIX, o enfoque funcional se manteve como paradigma em matéria distributiva, embora com significativas modificações com relação à questão da origem do valor, ao conceito de classe e aos determinantes das participações fatorias relativas. A partir da revolução marginalista, comumente associada aos trabalhos de Jevons (1871), Menger (1871) e Walras (1874), e das contribuições seminais de Marshall (1890) e Clark (1899), seria expandido o conceito de produtividade marginal da terra (de Ricardo) até o resto dos fatores produtivos (capital e trabalho), desapareceria progressivamente a noção de excedente (cada fator seria remunerado com base em sua contribuição marginal à produção), se diluiria radicalmente a noção de classe social (qualquer agente poderia ser proprietário de algum fator produtivo) e se alargaria a noção de que o valor se encontra subjetivamente determinado (Salvadori; Panico, 2006).

Diante deste cenário de dominância do paradigma neoclássico, os modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição concentraram suas análises em três fenômenos: o ciclo econômico, a distribuição da renda e a teoria do crescimento. Neste estudo, estaremos preocupados apenas com os impactos da distribuição de renda sobre o desenvolvimento econômico. Especificamente, partiremos das contribuições realizadas por três autores: Nicholas Kaldor, Joan Robinson e Michal Kalecki. Os modelos avançados por esses autores compartilham a característica de mostrar os efeitos sobre a

² De acordo com Dow (2003), o termo “pós-keynesiano” foi utilizado pela primeira vez por Joan Robinson (1960), quando esta se referia aos seus trabalhos realizados na década de 1950. Chick (1995) definiu o pós-keynesianismo como uma corrente teórica a partir dos seguintes elementos: recuperação dos *insights* de Keynes, Kalecki e seus primeiros discípulos, ampliar aqueles *insights* para além das fronteiras da “Teoria Geral” de Keynes, e completar a revolução keynesiana.

demanda efetiva de mudanças em variáveis como tecnologia e distribuição de renda, que são considerados constantes em modelos estáticos ou dinâmicos de curto prazo (Charles; Lang; Asensio, 2010). Para Blecker (2010), os modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição são fundados sobre dois princípios: i) que a distribuição funcional da renda entre salários e lucros é determinada por um *mark-up* sobre os preços determinado pelas firmas, e ii) que a demanda agregada depende fundamentalmente da distribuição da renda.

No entanto, estes três autores apresentam importantes diferenças. A análise de Kaldor assume a hipótese de que a economia opera em pleno emprego, que é frequentemente utilizada nas análises neoclássicas de crescimento (Marglin, 1984; Freitas, 2003). A abordagem de Kalecki enfatiza o papel de mudanças na utilização da capacidade instalada, enquanto na análise de Robinson tal variável é suposta em sua plena capacidade de utilização. Como afirma Stockhammer (1999), esta diferença é crucial, pois no modelo de Robinson a distribuição de renda é uma variável endógena e altos lucros ocorrem em conjunto com altas taxas de crescimento. Já nos modelos de Kalecki há um maior grau de liberdade através de variações na utilização da capacidade instalada, necessitando, porém, de uma exógena distribuição de renda e, em oposição ao modelo de Robinson, regimes liderados por salários têm maiores taxas de crescimento.

O artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2, desenvolve-se o marco teórico da investigação a partir de uma breve análise da distribuição funcional da renda em Keynes. Em seguida, na seção 3, apresentamos as contribuições realizadas por Kaldor ao enfoque pós-keynesiano. A seção 4 mostra a análise realizada por Kalecki sobre o papel da distribuição de renda na dinâmica das economias capitalistas. Por fim, na seção 5 temos o papel da distribuição de renda nos estudos de Robinson.

2. A distribuição funcional da renda em Keynes: de Marshall a Kalecki

Vários autores sustentam que a temática da distribuição de renda joga um papel marginal na estrutura analítica de Keynes e que, no melhor dos casos, o interesse do “pai da macroeconomia” neste assunto se limita a examinar qual é o impacto da dimensão distributiva sobre a demanda agregada e o crescimento econômico (Pérez Moreno, 2006). Entretanto, uma leitura mais cuidadosa da “Teoria Geral do emprego, do juros e da renda” e das posteriores contribuições de Keynes, principalmente o artigo “*Relative Movements of Real Wages and Output*”, publicado em 1939, mostra a

distribuição funcional da renda como variável endógena particularmente relevante para a análise de Keynes. A distribuição de renda importa para a análise da demanda efetiva se, *ceteris paribus*, uma mudança na forma da função distribuição de renda, ou a distribuição pessoal da renda, provoca uma mudança na propensão agregada a consumir. Keynes (1939: p.129) assim define esse princípio:

Since I regard the propensity to consume as being (normally) as such to have a wider gap between income and consumption as income increases, it naturally follows that the collective propensity for the community as a whole may depend (...) on the distribution of incomes within it.

Compartilhando esta leitura das obras de Keynes, Kaldor (1955-56) construiu um modelo formal do que considerava ser uma teoria keynesiana da distribuição de renda. Coincidindo com a postura kaldoriana, mas excluindo a hipótese de pleno emprego utilizado por Kaldor para derivar a dinâmica distributiva no longo prazo, Harcourt (1962, 1965), originariamente, e Sardoni (1993), em uma contribuição posterior, desenvolveram dois modelos distintos para a análise de curto prazo que se encontram mais em linha com a estrutura analítica da “Teoria Geral”. No caso de Sardoni, o autor também traz à tona a controvérsia de Keynes (1939) com Dunlop (1938) e Tarshis (1939), que permite diferenciar “dois tipos de Keynes”.

O “Keynes tipo I” adota uma postura eminentemente marginalista de corte marshalliano, que coincide com a “Teoria Geral”, de 1936. Nessa visão, a distribuição de renda depende, essencialmente, da produtividade marginal do trabalho. O nível de preços é uma função crescente do nível de produção agregada e, assim, da demanda efetiva, o que supõe a existência de retornos marginais decrescentes no curto prazo³. Assim, um aumento do nível de produção e do emprego conduz a um aumento absoluto e relativo dos preços com relação aos salários nominais, de modo que ocorre uma queda no salário real. Dessa forma, da interação entre estes dois efeitos, concomitantemente com a evolução dos requerimentos fatoriais unitários (ou seja, a elasticidade de substituição entre os fatores), se define a evolução da distribuição funcional de renda.

Se o salário nominal fosse fixo, permanecendo constante até que a economia atinja seu nível de pleno emprego, e o produto dependesse do nível da demanda agregada, os níveis de preços e do emprego poderiam ser expressos como funções do

³ Na “Teoria Geral” Keynes rejeita o segundo postulado da economia clássica (a utilidade marginal do salário é igual a desutilidade marginal do trabalho), mas aceita o primeiro (o salário é igual ao produto marginal do trabalho), assumindo a existência de retornos marginais decrescentes no curto prazo, implicando, portanto, em uma correlação inversa entre o nível de produção e os salários reais.

nível de investimento (componente exógeno da demanda agregada que depende principalmente do *animal spirits*).

As controvérsias levantadas depois do debate com Dunlop e Tarshis, no artigo de 1939, são úteis para realçar uma expressiva diferença no pensamento de Keynes com relação à sua concepção das questões distributivas. Enquanto que na “Teoria Geral” sua alusão à distribuição funcional da renda entre trabalhadores e empresários aparece apenas de forma marginal e implícita, no artigo de 1939, Keynes faz uma explícita referência ao conceito e a seus determinantes essenciais. O famoso debate entre Keynes e Dunlop-Tarshis envolve a determinação da direção da relação entre os salários reais e o nível de produção e emprego. Nesse sentido, podemos dizer que o “Keynes tipo I” mostra que aquela relação é negativa, resultado da existência de retornos marginais decrescentes no curto prazo. De acordo com Okun e Tobin (1983: p. 37),

Dunlop and others argued that the countercyclical movement of real wages required by the classical model of labor demand was not in fact observed. Keynes himself abandoned that part of his model, although some Keynesian textbooks retained it.

Em contraste com essa postura expressa na “Teoria Geral”, as concessões feitas por Keynes a Dunlop e Tarshis, além do reconhecimento das contribuições realizadas por Kalecki (1938), provocam uma significativa mudança em sua visão, o que podemos denominar de “Keynes tipo II”. Diferentemente do “Keynes tipo I”, o “novo Keynes” se aproxima da posição de Kalecki, que sublinha a necessidade de discriminar a forma da função de custos marginais de produção, dependendo de se a economia opera em situações de excesso de capacidade instalada ou em condições de pleno emprego. A conjugação de dois pressupostos kaleckianos (concorrência imperfeita no mercado de bens e firmas que operam com excesso de capacidade, especialmente no curto prazo) se traduz em custos marginais de produção com uma forma de um L-invertido, sendo constantes até que a economia alcance o pleno uso da capacidade instalada, momento a partir do qual se tornam crescentes (verticais).

Reconhecendo a influência do grau de monopólio sobre a distribuição funcional da renda, Keynes (1939) assinala dois aspectos cruciais mediante os quais a concorrência imperfeita no mercado de bens poderia afetar a relação existente entre crescimento econômico e participação no produto nacional: i) rigidez de preços relativos (com relação aos salários nominais); e ii) impacto direto sobre a participação dos lucros na renda nacional.

Ainda que o “novo Keynes” mostre uma notável aproximação com as ideias kaleckianas de distribuição de renda, o autor questiona a explicação elaborada por Kalecki no que diz respeito à constância da participação dos fatores de produção na renda nacional⁴, alegando que as razões utilizadas por este autor são por demais arbitrárias. De acordo com Keynes (1939), não existem explicações óbvias para justificar porque as mudanças no grau de monopólio deveriam compensar-se exatamente com as variações na rotação, tal como afirma Kalecki (1938). Entretanto, o “Keynes tipo II” aceita a ideia de que no curto prazo a distribuição da renda tem que ser analisada adotando uma perspectiva diferente da exposta no “Keynes tipo I”. Neste sentido, o Keynes pós “Teoria Geral” concorda em admitir uma hipótese substancialmente diferente com relação à forma de concorrência prevalecente no mercado de bens e à política de fixação de preços do tipo não competitivo que as firmas adotam.

Em resumo, o debate desenvolvido nesta seção descreve a evolução do pensamento keynesiano entre 1936 e 1939 com relação à temática da distribuição funcional da renda. O “Keynes tipo I” da “Teoria Geral” adota uma postura muito próxima à corrente marginalista, mostrando como a distribuição da renda depende fundamentalmente da produtividade marginal decrescente do trabalho e, de maneira mais implícita, da elasticidade de substituição entre trabalho e capital. Retomando as hipóteses do enfoque kaleckiano, e reconhecendo certas falhas de sua visão precedente no que respeita à relação entre produto e salários reais, o “Keynes tipo II” compartilha com Kalecki a ideia de que, conjuntamente com as condições técnicas (que determinam a estrutura dos custos marginais reais de produção), o grau de monopólio existente no mercado de bens é a variável-chave para entender a evolução temporal e as diferenças entre países na distribuição funcional da renda.

Uma vez exposta brevemente a evolução do pensamento de Keynes sobre a distribuição funcional da renda, as próximas seções serão dedicadas ao estudo das contribuições de três autores pós-keynesianos: Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson. Com isso, pretende-se mostrar como as contribuições pioneiras desses três autores formam a base para a formulação de uma teoria unificada da distribuição de renda com base no enfoque pós-keynesiano.

⁴ Constância distributiva que tanto Kalecki (1938), Keynes (1939) e Kaldor (1955-1956) compartilham, e que consideram como um dos fatos estilizados melhor fundamentados em nível empírico da teoria macroeconômica.

3. Acumulação de capital e distribuição de renda no longo prazo: a importância do mecanismo de ajuste em Kaldor

Harcourt (2006) afirma que Kaldor contribuiu na ampliação do multiplicador keynesiano de curto prazo (utilizado para a determinação do produto e do emprego a partir de mudanças no investimento) para um contexto de longo prazo, no qual existe pleno uso da capacidade produtiva e completa utilização da força de trabalho disponível. Assim, é possível utilizar o multiplicador keynesiano para determinar a participação relativa dos distintos fatores produtivos na renda nacional.

Em seu artigo de 1955-1956, “*Alternative Theories of Distribution*”, Kaldor apresenta a sua análise sobre os determinantes da distribuição funcional da renda. Partindo de um enfoque teórico de longo prazo, no qual o nível de produção se encontra dado e existe pleno emprego da mão de obra, o autor assume que a renda nacional se divide entre salários e lucros, supondo que a propensão média a poupar dos capitalistas difere daquela dos trabalhadores⁵. Formalmente, seja Y a renda nacional, W os salários, P os lucros, S_w e S_p a poupança agregada derivada dos salários e lucros, respectivamente. A análise realizada por Kaldor tem início com a definição de três identidades contábeis: $Y = W + P$ (1) $\therefore I = S$ (2) $\therefore S = S_p + S_w$ (3).

Como o investimento está dado (depende do *animal spirits* e da expectativa de lucros futuros), se supormos que a poupança procedente de salários e lucros é proporcional a W e a P , ou seja, que seja válido $S_w = s_w W$ e $S_p = s_p P$, então temos que: $I = s_p P + s_w W = s_p P + s_w (Y - P) = (s_p - s_w)P + s_w Y$ (4). De modo que: $\frac{I}{Y} = (s_p - s_w) \frac{P}{Y} + s_w$ (5) e $\frac{P}{Y} = \frac{1}{s_p - s_w} \frac{I}{Y} - \frac{s_w}{s_p - s_w}$ (6).

A equação 6 define uma relação positiva entre a participação dos lucros na renda nacional e a razão $\frac{I}{Y}$. Assim, é de particular importância que o impacto de uma maior taxa de acumulação (isto é, um aumento de $\frac{I}{Y}$) depende da diferença entre as propensões a poupar dos capitalistas e dos trabalhadores. Para Roncaglia (2011: p. 2),

⁵ A condição de estabilidade do modelo kaldoriano requer não somente que $S_p \neq S_w$, mas também que $S_p > S_w$. Em uma contribuição posterior, Pasinetti (1962, 1983) mostra certas inconsistências lógicas inerentes à formulação kaldoriana de 1955-1956. A sua principal contribuição é a ideia de que no longo prazo a propensão a poupar dos trabalhadores tem impactos sobre a distribuição da renda entre os fatores produtivos, mas não afeta a distribuição de renda entre lucros e salários (a diferença crucial com relação à Kaldor está no explícito reconhecimento de que os trabalhadores também podem receber rendas do capital). Assumindo que no equilíbrio de longo prazo a taxa de juros coincide com a taxa de rentabilidade, Pasinetti (1962, 1983) demonstra que tanto esta última variável como a participação dos lucros no produto nacional dependem única e inversamente da propensão média a poupar dos capitalistas.

Assuming full employment and full capacity utilization, Kaldor (1955-56) builds a model, fascinating in its simplicity, in which the share of investments in income (hence, under the assumption of a constant capital to output ratio, the rate of growth of the economy) determines the distributive shares of wages and profits (the functional distribution of income), given the saving propensities of capitalists and workers.

Na verdade, a razão $\frac{1}{s_p - s_w}$ representa a sensibilidade da distribuição funcional da renda a variações na taxa de investimento $\frac{I}{Y}$. Quanto menor for a diferença entre S_p e S_w , maior será a incidência que $\frac{I}{Y}$ terá sobre $\frac{P}{Y}$, devido a que será tanto maior a redistribuição necessária para gerar um mesmo montante global de poupança

Para obtermos a taxa de lucro da economia, multiplicamos ambos os lados da equação 6 pelo inverso da relação capital/produto, de modo a obtermos: $\frac{P}{K} = \frac{1}{s_p - s_w} \frac{I}{Y} -$

$\frac{s_w}{s_p - s_w} \frac{Y}{K}$ (7). Supondo que o capital cresce à taxa natural, $I/K = g_n$, e tendo em mente a hipótese de uma relação capital-produto constante, v , temos que a taxa de lucro depende da taxa de crescimento do capital⁶: $\frac{P}{K} = \frac{1}{s_p - s_w} g_n - \frac{s_w}{s_p - s_w} v^{-1}$ (8) e $\frac{P}{K} = \frac{g_n - s_w v^{-1}}{s_p - s_w}$ (9).

A taxa desejada de crescimento, g_w , se ajusta à taxa de crescimento natural, g_n , através de mudanças na participação dos lucros na renda, $\frac{P}{Y}$. O ponto chave é entender que dentro do enfoque kaldoriano o investimento aparece como uma variável independente (não varia nem com S_p nem com S_w) que determina, mediante a mudança na distribuição da renda, a poupança necessária para garantir o equilíbrio macroeconômico entre a oferta e a demanda agregada. Em outras palavras, o aumento (exógeno) do investimento em um contexto de pleno emprego da mão de obra e plena utilização da capacidade instalada gera um incremento da demanda agregada que, através do ajuste da relação preços-salário nominal, induz uma mudança na distribuição da renda em favor dos lucros (uma acumulação do tipo *profit-led*), contribuindo, portanto, para que a poupança (variável endógena no modelo desenvolvido por Kaldor) seja igual ao investimento.

⁶ Como apontado por Kurz e Salvadori (2010), um artigo publicado por Kalecki, "A Theory of Profit", de 1942, influenciou a forma como Kaldor estabeleceria a relação causal entre taxa de lucro e taxa de crescimento. Em um artigo publicado em 1937, "Annual Survey of Economic Theory: The Recent Controversy on the Theory of Capital", Kaldor afirma que a taxa de lucro determina a taxa de crescimento da economia. Assim, ao incorporar o aforismo kaleckiano de que 'capitalists earn what they spend, and workers spend what they earn', temos uma situação como $s_w = 0$, logo: $\frac{P}{K} = \frac{1}{s_p} \frac{I}{K}$.

De acordo com Taylor (1991), este processo de transferência de renda dos salários para os lucros é denominado de “poupança forçada”. Dado um nível de produção exógeno no longo prazo (coincidente com o nível de produto potencial e o pleno uso da mão de obra disponível), a distribuição da renda se transforma na variável endógena, que ajusta para restaurar as condições de equilíbrio. Este resultado exige, além das hipóteses de pleno emprego e pleno uso da capacidade instalada, o cumprimento de quatro condições adicionais: i) o salário real não deve cair abaixo do nível de subsistência; ii) a taxa de lucros não deve ser menor que uma taxa crítica abaixo da qual não é rentável investir; iii) $\frac{P}{Y}$ deve ser ao menos igual ao grau de monopólio; e iv) a razão capital/produto deve ser independente da taxa de lucro.

O artigo de 1957, “*A model of economic growth*”, complementa as ideias desenvolvidas por Kaldor no trabalho de 1955-1956. Em essência, este último aparece como uma extensão da ideia original do artigo de 1955-1956, cujo objetivo é mostrar a constância da razão capital/produto e da taxa de lucro, consequência direta de um conjunto de forças endógenas que operam sobre o mesmo sistema econômico. No artigo de 1957, Kaldor assume que o crescimento está restringido pela disponibilidade de fatores e não pela demanda efetiva, posição esta que o próprio Kaldor negará com a publicação de seu trabalho “*Economic growth and the Verdoorn Law - A comment on Mr. Rowthorn's article*”, de 1975. Ademais, Kaldor ainda mantém a hipótese de pleno emprego no longo prazo, de modo que o principal mecanismo de ajuste para alcançar o equilíbrio macroeconômico segue sendo a distribuição da renda (poupança forçada que opera mediante o aumento dos preços em relação aos salários nominais).

Não obstante as semelhanças com seu trabalho de 1955-1956, o modelo de crescimento exposto no artigo de 1957 incorpora algumas novidades, tais como a formulação explícita da mudança tecnológica ou progresso técnico (captado a partir da introdução de inovações no processo produtivo, intrinsecamente ligado a maiores possibilidades de acumulação de capital) e a diferenciação de dois cenários alternativos (população economicamente ativa constante ou crescente) que incidem sobre a dinâmica macroeconômica.

Nesse sentido, é justamente o conceito de progresso técnico que permite incorporar ao modelo kaldoriano uma contribuição relevante a partir do ponto de vista distributivo. Para o caso de uma economia sem crescimento populacional, Kaldor assume que o progresso técnico é dado por: $\frac{Y_{t+1}-Y_t}{Y_t} = \alpha'' + \beta'' \frac{I_t}{K_t}$ (10). Onde K_t é o

estoque de capital físico no período t , enquanto as demais notações respeita a notação utilizada até o momento. Note que, devido ao suposto de população constante, a equação 10 reflete não somente a taxa de crescimento do produto, mas também a da produtividade média do trabalho.

Supondo que no estado estacionário as taxas de crescimento do produto e o estoque de capital sejam iguais (a razão capital/produto constante), temos que: $\frac{I}{Y} =$

$$\frac{I}{K} \frac{K}{Y} = \gamma'' \frac{K}{Y} \quad (11). \text{ Onde } \gamma'' = \frac{\alpha''}{1-\beta''} \text{ denota a taxa de crescimento de estado}$$

estacionário do estoque de capital e do produto. Agora combinando as equações 10 e 11,

$$\text{vem: } \frac{P}{Y} = \frac{1}{s_p - s_w} \gamma'' \frac{K}{Y} - \frac{s_w}{s_p - s_w} \quad (12).$$

A equação 13 incorpora explicitamente a ideia de progresso técnico no interior da teoria da distribuição de renda elaborada por Kaldor. Dentro deste novo contexto analítico, um maior crescimento autônomo da produtividade, α'' , será acompanhado por uma maior taxa de acumulação de capital desejada no estado estacionário, e, portanto, maior será a proporção dos lucros com relação ao produto requerida para continuar a acumulação. Por sua vez, o aumento no crescimento, derivado da expansão no estoque de capital (determinado por β''), tem um efeito (no estado estacionário) semelhante ao do componente autônomo.

Se, diferentemente do caso anterior, supormos que a população cresce a uma taxa constante, λ , os resultados ficam praticamente inalterados (no que se refere à distribuição de renda), incorporando simplesmente aquele parâmetro (λ) na equação 12, de maneira que: $\frac{P}{Y} = \frac{1}{s_p - s_w} (\gamma'' + \lambda) \frac{K}{Y} - \frac{s_w}{s_p - s_w} \quad (13)$. Então, ao expandir o estoque de capital desejada das firmas, o crescimento da população aumenta a participação dos lucros na renda nacional.

Além de considerar como o progresso técnico afeta a distribuição de renda, o trabalho de Kaldor de 1957 é importante para identificar os dois cenários principais que caracterizam as economias capitalistas: i) uma etapa “precoce” de desenvolvimento e ii) uma etapa “madura” ou avançada. A característica fundamental que distingue ambos os estágios está associada ao tipo de relação existente entre o crescimento da produtividade e o aumento no nível de vida dos trabalhadores (salários reais). Durante a primeira etapa o crescimento da produtividade não se encontra associado com um incremento proporcional nos salários reais. Isso ocorre porque os requerimentos do processo de

acumulação, em uma etapa na qual o capital observado é sistemicamente inferior ao desejado e os salários nominais se situam ao nível de subsistência, conduzem a um aumento tendencial na participação dos lucros no produto tal que permite financiar o crescente investimento.

Em termos kaldorianos, essa primeira fase se caracteriza por apresentar um aumento contínuo da razão capital/produto, o que, somado ao aumento constante de $\frac{P}{Y}$, não necessariamente implica uma queda da taxa de lucro. O final da primeira fase ocorre quando o estoque observado de capital alcança o estoque desejado de capital, momento a partir do qual o sistema adota uma dinâmica completamente diferente. Nesse sentido, Kaldor (1957: pp. 620-621) afirma que

Profits are no longer determined in the Marxian manner, as the surplus of production over subsistence wages; on the contrary, the share of wages becomes a residual, equaling the difference between production and the share of profits as determined in a "Keynesian" manner, by the propensities to invest and to save. (...) This second and more cheerful stage of capitalism in which production and employment continue to grow, and real wages are steadily rising with the growth in production, was quite unforeseen by Marx.

Essa segunda fase mostra uma relação direta e proporcional entre o aumento da produtividade e o crescimento dos salários reais, uma vez que, ao alcançar o estoque desejado de capital, o crescimento autônomo da produtividade (que expande a oferta agregada da economia) não é acompanhado por um aumento *pari-passu* da demanda de bens de capital (investimento). O excesso de oferta resultante se traduz em queda dos preços que eleva os salários reais dos trabalhadores em linha com a dinâmica da produtividade. Neste novo estágio de desenvolvimento, as participações fatoriais relativas permanecem constantes, fenômeno que coincide com um dos “fatos estilizados” kaldorianos, compartilhado também por Kalecki (1938) e Keynes (1939).

Contudo, posteriormente Kaldor adota uma postura diferente no que concerne à relação existente entre crescimento, produtividade e distribuição de renda. Em um artigo publicado em 1975, “*Economic Growth and the Verdoorn Law--A Comment on Mr Rowthorn's Article*”, o autor reconhece explicitamente a importância da demanda agregada como fator determinante do crescimento no longo prazo. Nesse sentido, Kaldor (1975, pp: 895-896) reconhece que

I now believe that I was wrong in thinking in 1966 that the United Kingdom had attained the stage of "economic maturity" (...) and that her comparatively poor performance was to be explained by inability to recruit sufficient labour to manufacturing industry rather than by poor market performance due to lack of international competitiveness.

(...) I would now place more, rather than less, emphasis on the exogenous components of demand, and in particular on the role of exports, in determining the trend rate of productivity growth in the United Kingdom in relation to other industrially advanced countries.

A ideia de que a demanda agregada joga um importante papel na determinação do crescimento econômico é fundamental para quebrar a relação direta existente entre expansão dos investimentos e redistribuição regressiva da renda (regime *profit-led*), apresentada no artigo seminal de 1955-1956. Na presença de economias de escala, o produto não pode ser dado, porque um aumento no investimento não necessariamente reduz a participação relativa dos trabalhadores na renda nacional: a ampliação do estoque de capital não tem que ser financiada com uma queda do consumo real dos trabalhadores (mecanismo de poupança forçada), tendo em vista que a produtividade depende positivamente da demanda agregada (especialmente do apoio às exportações).

4. A contribuição de Kalecki para uma análise pós-keynesiana da distribuição de renda

Partindo de um enfoque essencialmente microeconômico, mas sempre orientado para o entendimento das interações existentes entre os principais agregados macroeconômicos (salários, lucros, emprego, produto, investimento e demanda efetiva)⁷, Kalecki busca racionalizar o comportamento de um conjunto de empresas industriais que operam no setor industrial inglês e norte-americano, assinalando como o comportamento das empresas se afasta do marco de referência da concorrência perfeita. Nesse sentido, Kalecki sustenta que as condições vigentes no mercado de bens se afastam da hipótese de concorrência perfeita - segundo o qual os preços dos bens se igualam aos custos marginais de produção -, de modo que no mundo real as empresas industriais competem em condições oligopólicas, questão que introduz na análise o tema de poder de mercado e a importância que tem as megacorporações no desenvolvimento normal dos negócios.

A existência de capacidade ociosa é outra das dimensões analíticas apresentadas por Kalecki, uma vez que os problemas de demanda efetiva adquirem uma grande importância. As megacorporações do setor industrial frequentemente desenvolvem seus planos de produção e decisões de investimento em situações nas quais a capacidade produtiva potencial difere da capacidade utilizada - a existência de desemprego implica

⁷ De acordo com Asimakopulos (1988), os trabalhos de Kalecki contém uma teoria da distribuição que combina aspectos micro e macroeconômicos da economia. As participações relativas na renda são influenciadas pela política de margem de lucro das firmas, que são estabelecidas em mercados oligopolizados, assim como pelo nível da demanda efetiva.

que a capacidade produtiva é menor que a potencial, sugerindo a existência de excesso de capacidade instalada. A estrutura de custos médios e marginais de produção é outro dos pontos distintivos do enfoque kaleckiano. Em contraste com a teoria clássica marshalliana, Kalecki supõe que, até que as empresas (e, por conseguinte, a indústria) alcancem o nível de produção correspondente ao pleno uso da capacidade produtiva, os custos médios totais são decrescentes, enquanto os custos médios e marginais são constantes. A forma de L-invertida que apresentam estes últimos captura a essência do argumento kaleckiano tradicional.

Estas ideias são de crucial importância para entender a interação entre as hipóteses de concorrência imperfeita, subutilização da capacidade instalada e custos médios e marginais constantes ou decrescentes para o desenvolvimento da teoria kaleckiana da distribuição da renda.

a. Grau de monopólio e distribuição funcional da renda

Um dos objetivos centrais de seu artigo de 1938, “*The determinants of distribution of the national income*”, é construir um modelo teórico que permita analisar os principais determinantes da participação relativa dos trabalhadores na renda nacional, sendo esta compreendida pela soma das rendas recebidas pelos capitalistas (C), os gastos de depreciação (D), a remuneração dos altos funcionários (S) e a massa salarial recebida pelos trabalhadores (W). Kalecki (1938) parte do conceito de grau de monopólio originariamente desenvolvido por Lerner (1934), $\mu = \frac{p-m}{p}$ (14).

Onde μ denota o grau de monopólio empresarial, p os preços fixados pelos produtores e m os custos marginais de produção de curto prazo. A visão kaleckiana mostra que a participação dos capitalistas na renda nacional, $\Pi = \frac{C+D+S}{Y}$, depende basicamente de duas variáveis cruciais: o grau de monopólio empresarial e a razão entre o valor bruto da produção (definido pelo autor como rotação) e a renda nacional⁸, T/Y :

$$\frac{C+D+S}{Y} = (\mu) T/Y \quad (15)$$

Dois pontos merecem destaque na equação 15. Em primeiro lugar, tanto μ como T/Y são variáveis interdependentes (Kalecki, 1938): o aumento (diminuição) no grau de

⁸ A equação 16 surge a partir de certas manipulações algébricas na identidade contábil $C + D + S + W + R = T$, sujeito a que $Y = T - R$ e que $W + R = \left(\frac{m}{p}\right)T$, onde W é a massa salarial em termos reais e R é o gasto real em insumos intermediários.

monopólio diminui (aumenta) a razão T/Y em uma menor proporção, o que implica que a participação relativa dos capitalistas aumenta, *ceteris paribus*, com o incremento no grau de monopólio. Em segundo lugar, as variações em T/Y podem originar-se em mudanças em outros fatores diferentes do grau de monopólio. Neste sentido, as modificações nos preços das matérias-primas básicas com relação aos salários exercem um efeito não negligenciável sobre a razão entre a rotação e a renda nacional: o aumento (diminuição) no preço das matérias-primas básicas com relação às remunerações dos trabalhadores afeta positivamente (negativamente) a razão T/Y .

Em resumo, o aumento do grau de monopólio ocasiona um incremento menos que proporcional em Π , enquanto que o aumento nos preços das matérias-primas básicas com relação aos salários implica em um aumento adicional em Π . A estabilidade das participações dos fatores de produção se explica, no entender de Kalecki, pela compensação exata entre as variações em μ e as mudanças em sentido contrário (gerados ou não por modificações no grau de monopólio) em relação a T/Y .

Segundo Kalecki (1971), o grau de monopólio depende dos seguintes fatores:

1. Do tamanho da empresa. O processo de concentração na produção de bens e serviços resulta em que as grandes empresas, as megacorporações, tenham maior poder de mercado e, portanto, maior capacidade para fixar preços não competitivos.
2. A elasticidade da curva de demanda da empresa e da indústria. Quanto menor for a elasticidade-preço da demanda para um produto determinado, maior será a capacidade das firmas que participam em mercados de concorrência imperfeita de fixar maior margem de lucro sobre os custos médios variáveis.
3. As barreiras existentes à entrada de novos competidores na indústria. Estas barreiras atuam como mecanismos de proteção para as firmas já estabelecidas, permitindo-as que adotem políticas de preços envolvendo a fixação de maior margem de lucro sobre os custos médios variáveis.
4. O poder sindical. Se o poder de mercado das firmas diminui na medida em que as mesmas repassam os aumentos salariais nos preços, um maior poder de negociação sindical, que gere uma contínua elevação dos salários nominais, resultaria em uma progressiva redução no grau de monopólio e na margem de lucro.

5. O ciclo econômico. Em termos gerais, Kalecki afirma que o poder de mercado seria contracíclico, aumentando nas recessões e diminuindo nos períodos de auge. Assim, tanto μ como T/Y dependem do estado do ciclo econômico.

O fato de que os preços das matérias-primas básicas com relação aos salários aumentem durante os períodos de auge implica que a razão entre a rotação e a renda nacional é uma variável pró-cíclica⁹. A relação entre o grau de monopólio e o estado do ciclo econômico é muito mais complexa, uma vez que entram em jogo as críticas efetuadas por Harrod (1936), para quem μ aumenta nos momentos de auge e diminui nas recessões.

A controvérsia entre Harrod e Kalecki se deve, essencialmente, a que o segundo adere às críticas que apontam a existência de outros fatores afetando positivamente o grau de monopólio durante os períodos recessivos (Kalecki, 1938). Se predominar o efeito enfatizado por Kalecki, a distribuição de renda tenderia a favorecer os trabalhadores nos momentos de auge e os capitalistas nos momentos de recessão, enquanto que a partir das hipóteses de Harrod, o resultado seria exatamente o contrário.

b. Crescimento econômico e distribuição funcional da renda

A expansão dos componentes autônomos da demanda agregada afeta a distribuição funcional da renda se existir custos médios decrescentes na presença de custos de trabalhos indiretos que não variam com o nível de produção (Kalecki, 1971). Aqui parece existir uma contradição com relação à associação entre margens de lucro e ciclo econômico, enfatizada pelo próprio Kalecki em seus textos posteriores a 1938. Assumindo que existem custos médios decrescentes e os salários reais flutuam em menor proporção que a produtividade média do trabalho, então um aumento exógeno nos gastos planejados dos capitalistas, que estimule o nível de produção da firma, aumentará a margem entre o preço de venda e os custos médios totais de produção, e incrementará, assim, a participação dos lucros na renda nacional. Em outras palavras, enquanto os preços e os salários reais se mantêm constantes, o nível de emprego aumenta menos que proporcionalmente com relação às mudanças no nível de produção.

⁹ De acordo com Kalecki (1938), o preço relativo das matérias-primas com relação aos salários seria pró-cíclico já que a volatilidade dos preços agrícolas é em geral maior que a dos preços das manufaturas. Isto ocorre porque a curva de custo marginal dos bens agrícolas apresenta uma maior inclinação que a dos demais produtos.

Então, podemos dizer que, em termos gerais, a teoria keleckiana sobre a distribuição da renda se sustenta em dois pilares essenciais: i) o reconhecimento do grau de monopólio na determinação das margens de lucro sobre os custos marginais ou custos médios variáveis; e ii) a explícita valorização do papel que jogam os gastos dos capitalistas na determinação dos lucros e do nível de emprego.

Do que foi visto até o momento, se depreende claramente que, inclusive mantendo a hipótese de Kalecki (1938) com relação ao caráter contra-cíclico da margem de lucro sobre os custos marginais, é possível que exista finalmente uma relação positiva entre crescimento econômico e participação dos lucros no produto se o efeito de um maior nível de produção sobre os custos médios totais mais do que compense a queda no grau de monopólio. Em termos formais, e assumindo uma economia fechada e sem governo, teremos que o nível de renda se encontra determinado pela demanda agregada, repartindo-se entre salários e lucros de tal maneira que: $W + B = C_{BC} + I_{BK}$ (16). Onde W é o salário, B os lucros brutos, C_{BC} o gasto em bens de consumo e I_{BK} é o gasto em bens de capital (investimento).

Se assumirmos que os trabalhadores consomem toda sua renda e que o consumo dos capitalistas apresente um componente autônomo A e outro que depende de B , é possível derivar a seguinte equação para o consumo agregado: $C_{BC} = W + \gamma B + A$ (17). Sendo que γ representa a propensão marginal a consumir dos capitalistas. Substituindo a equação 17 na equação 16, e supondo que o investimento é dado exogenamente, chegamos a seguinte expressão: $B = \frac{I_{BK} + A}{1 - \gamma}$ (18) ou $\frac{B}{Y} = \frac{C + D + S}{Y} = \frac{1}{s} \frac{I_{BK} + A}{Y}$ (19). Onde $s = 1 - \gamma$ é a propensão marginal a poupar dos capitalistas e Y o nível de produção agregado.

A equação 20 representa uma condição de equilíbrio distributivo que na linguagem kaleckiana foi popularizado na seguinte frase: enquanto os trabalhadores gastam o que ganham, os capitalistas ganham o que gastam. De acordo com Kalecki (1971), e diferentemente do ajuste Kaldor-Robinson (poupança forçada - processo inflacionário), tal equilíbrio se obtém endogenamente à hipótese de custos médios totais decrescentes, derivado, por sua vez, dos supostos de custos variáveis médios constantes e existência do chamado “trabalho gerencial”, isto é, de certos custos salariais fixos, que não variam com o nível da produção.

c. Aspectos adicionais da teoria distributiva kaleckiana

Até o momento apresentamos uma análise dos principais determinantes kaleckianos da distribuição funcional da renda, diferenciando o efeito do grau de monopólio para um nível de produção dado e o impacto da demanda agregada em um enfoque de crescimento econômico.

No pensamento de Kalecki existem dois temas adicionais que merecem particular atenção. O primeiro deles se associa à capacidade de negociação salarial que tem os trabalhadores em distintas fases do ciclo econômico e a influência dessas negociações sobre o resultado final em matéria distributiva. Em relação a este último ponto, é importante discernir os efeitos distributivos assimétricos que exercem as mudanças nos salários nominais, dependendo do grau de abertura econômica.

Com relação ao tema das variações nos salários nominais e a sua incidência sobre a participação relativa dos trabalhadores e capitalistas na renda nacional, Kalecki mostra posições contraditórias. Por um lado, em seu trabalho de 1938, o autor assinala que como resultado do corte nos salários nominais é provável que aumente a margem de lucro sobre os custos variáveis. Para uma economia fechada, o efeito dos menores salários nominais sobre a razão T/Y seria nulo, obtendo, assim, um impacto global levemente negativo para a participação dos trabalhadores na renda nacional.

No caso de uma economia aberta que importa a maioria de suas matérias-primas e insumos intermediários utilizados no processo produtivo, o impacto de uma redução salarial intensifica o efeito distributivo anteriormente mencionado. Na verdade, Kalecki (1938) observa que uma queda nos salários nominais deveria conduzir a um aumento da razão T/Y , uma vez que o valor real dos insumos importados aumenta com a deflação salarial, assumindo que os preços domésticos seguem ao menos parcialmente a dinâmica dos salários. O efeito resultante da queda nos salários nominais sobre a participação dos lucros na renda nacional será, portanto, ainda mais positivo que no caso de uma economia fechada.

Do exposto nesta seção, se deduz que os principais determinantes da distribuição da renda para Kalecki são;

- I. Para dado nível de produto: a) o grau de monopólio, que depende da concentração de merca; a elasticidade-preço da demanda; as barreias à entrada; o conflito distributivo, mediado pelo grau de abertura da economia; e o estado do ciclo econômico; e b) a participação dos insumos

intermediários na produção, que também dependem do ciclo econômico e da evolução dos salários nominais.

- II. Em um contexto dinâmico: a) a variação da demanda agregada; b) a estrutura de custos de produção; c) a estratégia de preços das firmas; e d) o nível de utilização da capacidade instalada.

As principais características e determinantes do enfoque distributivo kaleckiano, tanto em contextos estáticos como dinâmicos, apresentam fortes reminiscências com a abordagem de Marx no que diz respeito à distribuição de renda, ainda que existam certas ambiguidades em Kalecki com relação ao papel que joga a negociação salarial em termos nominais como determinante da participação relativa dos trabalhadores na distribuição da renda.

5. As participações dos salários e dos lucros na renda para Joan Robinson

A abordagem dual proposta por Robinson para a análise das questões distributivas permite diferenciar suas contribuições de ordem marshalliana (no qual o nível de produção é dado exogenamente) de suas contribuições macroeconômicas posteriores, com níveis de produção que variam em um contexto de uso “normal” da capacidade instalada e ajustes de preços similares à hipótese kaldoriana de poupança forçada que operam, no caso de Robinson, mediante o conceito de barreira inflacionária.

a. A distribuição funcional da renda a partir de um ponto de vista microeconômico

Em seu livro “A economia da concorrência imperfeita”, Robinson apresenta a essência de seu pensamento com relação aos principais determinantes da distribuição funcional da renda no curto prazo (Robinson, 1933). Adotando uma perspectiva microeconômica que estende e melhora a crítica de Sraffa (1925) à teoria marshalliana dos preços, Robinson (1933) explora os principais determinantes do grau de exploração da força de trabalho. O ponto essencial para definir as participações relativas do trabalho e do capital na renda nacional encontra-se basicamente nas elasticidades: a elasticidade-preço da demanda de bens e a elasticidade-preço da oferta de trabalho.

Entre as hipóteses mais importantes utilizados pela autora para definir seu marco analítico inicial, temos os seguintes:

1. Existem n indústrias que produzem n bens, os quais enfrentam condições idênticas de oferta e de demanda;

2. As dotações de fatores de produção se encontram predeterminadas;
3. Em nível de cada indústria, a oferta de trabalho é perfeitamente elástica e não existem rendimentos crescentes de escala;
4. Existe concorrência perfeita em todos os mercados relevantes;
5. A única função que os capitalistas cumprem é controlar o processo produtivo;
6. Cada monopolista busca maximizar seus lucros, embora não exista qualquer interação com os demais monopolistas.

Em um mundo no qual prevalece a concorrência perfeita nos mercados de bens e de fatores produtivos, as funções de demanda de bens e oferta de trabalho (em nível da firma) serão infinitamente elásticas (horizontais). A existência de um amplo número de firmas “isoladas”, que não possuem poder para fixar preços nos distintos mercados, eliminaria a fonte de exploração da força de trabalho. Por outro lado, se se levanta a hipótese de concorrência perfeita no mercado de bens e se incorpora a existência de um pequeno conjunto de firmas formadoras de preços, haverá exploração monopólica da força de trabalho, que afetará a distribuição funcional da renda em favor dos capitalistas.

A discrepância entre o valor do produto marginal e a renda do produto marginal que se verifica em cenários não competitivos é o que propicia o grau de exploração monopólica: os trabalhadores já não recebem o valor de sua produtividade marginal, mas uma magnitude inferior. A hipótese sobre a elasticidade-preço da demanda aparece como elemento vital para definir o grau de exploração monopólica, ainda que prevaleçam condições de concorrência perfeita no mercado de trabalho.

De acordo com esses argumentos, a existência de concorrência imperfeita (ou de um único ofertante no mercado de bens) implica que as firmas encontram uma função de demanda infinitamente elástica em tal mercado, o que em termos de poder de mercado se traduz em uma diferença positiva entre o valor do produto marginal (que coincide com o salário monetário no caso de concorrência perfeita) e a renda do produto marginal (noção que serve para determinar o salário em um marco analítico não competitivo).

A análise de Robinson sobre os determinantes do grau de exploração também compreende situações de imperfeições no mercado de trabalho, embora exista concorrência perfeita no mercado de bens. Neste caso, enquanto as firmas produzem de modo a igualar o preço com o custo marginal, as mesmas possuem poder de mercado para fixar salários inferiores ao gasto marginal da força de trabalho. Então, o grau de

exploração monopsônica se deve a que as empresas pagam salários com base no gasto médio resultante da contratação de mão de obra, e não em função do gasto marginal, uma vez que os trabalhadores observam que são prejudicados com relação ao cenário competitivo.

Em resumo, para determinar o grau de exploração da força de trabalho a partir de um enfoque microeconômico robinsoniano é importante considerar tanto a elasticidade-preço da demanda de bens como a elasticidade salário da força de trabalho, as quais, em caso de não serem perfeitamente elásticas em nível da firma, estariam refletindo a existência de imperfeições no mercado de bens ou no mercado de trabalho, respectivamente.

b. Enfoque macroeconômico para a análise da distribuição da renda

Para a análise macroeconômica da distribuição de renda, Robinson (1962) coincide com Kaldor (1961) em que, no longo prazo, a economia se caracteriza pela ausência de capacidade ociosa. De acordo com Kaldor (1961), tal situação corresponde ao pleno emprego dos fatores produtivos, enquanto para Robinson (1962) coincide como uso “normal” da capacidade instalada. Desta maneira, a concorrência aparece como suficiente para manter os preços em um nível que permite colocar o produto gerado com uma utilização “normal” da capacidade instalada.

Seguindo Lavoie (1992), duas consequências importantes surgem ao assumir que a taxa de utilização da capacidade instalada no longo prazo está dada. A primeira se refere ao típico ajuste kaldoriano (poupança forçada) que predomina sob tais condições: as mudanças na distribuição de renda resultam de modificações nos preços dos bens com relação aos salários, de modo que as pressões de demanda se corrigem mediante um ajuste de preços que altera a distribuição funcional da renda em favor dos capitalistas. A segunda diz respeito à existência de uma relação inversa entre a taxa de salário real e a taxa de lucro. Nesse sentido, Robinson (1962) sustenta que uma maior taxa de acumulação implica em um menor salário real e é justamente esta relação negativa que dá lugar à existência da famosa barreira inflacionária. De acordo com Robinson (1956), quanto menor for o nível de gasto em consumo por parte da classe rentista, mais distante estará daquela barreira inflacionária, podendo, dessa forma, atingir uma maior taxa de acumulação.

Ainda de acordo com Lavoie (1992), em termos formais temos $r = \frac{R}{K}$ a taxa de lucro sobre o estoque de capital investido; $\Pi = \frac{R}{Y}$ a participação relativa dos lucros no total do valor agregado; $\bar{v} = \frac{Y}{K}$ o uso “normal” da capacidade instalada; I o investimento total; S a poupança total; K o estoque de capital agregado da economia; a o investimento autônomo; b a elasticidade do investimento em relação ao lucro esperado; s a propensão marginal a poupar; e g^* e r^* os valores de equilíbrio da taxa de crescimento e a taxa de lucro, respectivamente. Assim, as equações relevantes do modelo são:

- Dinâmica do investimento: $g^I = \frac{I}{K} = a + b(\Pi\bar{v})$ (20)

- Dinâmica da poupança: $g^S = \frac{S}{K} = s(\Pi\bar{v})$ (21)

Igualando a dinâmica do investimento com a dinâmica da poupança ($g^I = g^S$) e isolando para Π , é possível obter a expressão de equilíbrio para a razão entre a taxa de lucro e o produto: $\Pi^* = \frac{a}{\bar{v}(s-b)}$ (22). Sendo $s > b$ a típica condição de estabilidade dos modelos de crescimento pós-keynesianos.

A partir desta equação é possível derivar alguns resultados de estática comparativa para conhecer como varia a distribuição funcional da renda (definida no presente contexto a partir de Π^*) na versão robinsoniana (compartilhada por Kaldor) diante de modificações nos parâmetros relevantes (a, s e b):

$$\frac{\partial \Pi^*}{\partial a} = \frac{1}{\bar{v}(s-b)} > 0 \quad (22.1)$$

$$\frac{\partial \Pi^*}{\partial s} = -\frac{av}{[\bar{v}(s-b)]^2} < 0 \quad (22.2)$$

$$\frac{\partial \Pi^*}{\partial b} = \frac{av}{[\bar{v}(s-b)]^2} > 0 \quad (22.3)$$

Com um uso “normal” da capacidade instalada, a distribuição funcional da renda favorece aos capitalistas quando: a) aumenta o componente autônomo do investimento privado; e b) se acrescenta a elasticidade da função investimento em relação ao lucro esperado. Por sua vez, podemos ver como o aumento na propensão marginal a poupar derivada dos lucros reduz a taxa de lucro de equilíbrio.

Em um modelo alternativo desenvolvido por Robinson (1959), temos que a economia se estabiliza no longo prazo em torno de um nível de produção constante, no qual tanto a poupança como o investimento são iguais a zero. Em tal situação, a

distribuição funcional da renda dependerá basicamente de três variáveis explicativas: i) a taxa de juros (determinada exogenamente); ii) a elasticidade de substituição entre os fatores; e iii) a propensão marginal a poupar de devedores e credores do sistema financeiro.

Se a propensão marginal a poupar dos devedores é maior que a dos credores, um aumento na taxa de juros, ao reduzir a propensão marginal a poupar média dos agentes do sistema financeiro, levará a um aumento do consumo e da renda agregada. Contudo, se a elasticidade de substituição entre os fatores é menor que um, este aumento provocará um aumento nos requerimentos unitários de trabalho menor do que a queda nos salários reais que advém da diminuição do estoque de capital. Este é o único caso no qual o efeito negativo do aumento da taxa de juros sobre o salário real predomina sobre o efeito positivo no nível do emprego, de maneira que a participação dos salários na renda nacional diminui.

Em outro contexto, se não existem diferenças nas propensões marginais a poupar entre os distintos agentes do sistema financeiro, a única coisa que acontecerá será o efeito do aumento da taxa de juros sobre a participação dos salários na renda nacional. O resultado final dependerá do valor que assuma a elasticidade de substituição entre os fatores. Quando a elasticidade de substituição de trabalho por capital é maior que um, um aumento da taxa de juros gerará um incremento suficientemente importante nos requerimentos unitários de trabalho para compensar a queda nos salários reais que origina o menor estoque de capital. Desta maneira, aumenta a participação dos salários na renda e, concomitantemente, o consumo e a renda agregada. Se a elasticidade de substituição entre fatores é igual a um, os efeitos se compensam, de forma tal que a taxa de juros não afeta o nível de equilíbrio da renda agregada.

Em resumo, a análise microeconômica realizada por Robinson sobre os principais determinantes da distribuição funcional da renda permitiu observar que a mesma, entendida a partir do grau de exploração da força de trabalho, depende essencialmente de duas variáveis: a elasticidade-preço da demanda de bens e a elasticidade-salário da oferta de trabalho. À medida que as mesmas se reduzem, a distribuição funcional da renda atua em detrimento dos trabalhadores, enquanto se exacerba a exploração da força de trabalho.

Ao abordar a análise macroeconômica efetuada por Robinson, notou-se que, em correspondência com os aportes kaldorianos de 1955, a acumulação de capital é uma variável-chave que determina a distribuição da renda no longo prazo e que, diante de

mudanças na demanda agregada e dado nível de uso “normal” da capacidade instalada, os ajustes se produzem mediante modificações nos níveis de preços a partir da mesma noção de “barreira inflacionária”. Vimos também que a participação dos lucros na renda depende basicamente de três fatores relevantes: o nível de investimento autônomo, as expectativas sobre os lucros futuros e a propensão marginal a poupar. Por último, apontamos que a economia se estabiliza no longo prazo em torno de um nível de produção temporalmente invariante (Robinson, 1959), a distribuição de renda também é uma função da taxa de juros, da elasticidade de substituição entre trabalho-capital e da propensão marginal a poupar dos devedores e credores.

6. Considerações finais

O objetivo do presente estudo foi resgatar as contribuições de Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson sobre a temática da distribuição de renda. Em primeiro lugar, procuramos localizar o debate da distribuição de renda a partir da discussão entre Keynes e Dunlop, Tarshis e Kalecki. Assim, procuramos mostrar uma modificação no pensamento de Keynes sobre a distribuição de renda, uma vez que incorpora à sua análise as condições técnicas (que determinam a estrutura dos custos marginais reais de produção) e o grau de monopólio existente no mercado de bens como variável-chave para entender a evolução temporal e as diferenças entre países na distribuição funcional da renda.

A exposição desse debate permite mostrar como Kaldor, Kalecki e Robinson, embora formulem hipóteses contraditórias com relação às hipóteses de pleno emprego e utilização da capacidade instalada, possuem um ponto em comum imprescindível para a análise pós-keynesiana da distribuição de renda: a poupança se ajusta a dado nível de investimento (determinado de forma independente via *animal spirits*), através da redistribuição de renda entre salários e lucros. Contudo, a análise conjunta dos três autores permite avaliar certas inconsistências com o pensamento de Keynes (1936, 1939), sendo a principal: enquanto Keynes assume que, no curto prazo, um aumento na demanda resulta em um aumento da produção e na utilização da capacidade instalada, as análises de Kaldor e Robinson assumem explicitamente que a taxa de utilização retornará ao seu nível normal. Dessa forma, qualquer ajustamento entre oferta e demanda no longo prazo, ou entre poupança e investimento, será feita através de modificações nos preços ou margens de custo, e não via quantidades como nas análises de Keynes (1936, 1939) e Kalecki (1975).

7. Referências

- ASIMAKOPOULOS, A. Theories of income distribution. Boston, Dordrecht and Lancaster: Kluwer Academic Publishers, 1988.
- CHARLES, S.; LANG, D.; ASENSIO, A. post-Keynesian modelling: where are we, and where are we going to? (2010). Disponível: http://mpa.ub.uni-muenchen.de/30726/1/MPRA_paper_30726.pdf
- BLECKER, R. Open economy models of distribution and growth. (2010). Disponível em: <https://www.american.edu/cas/economics/pdf/upload/2010-3.pdf>
- CHICK, V. Is there a case for Post Keynesian economics? In: Scottish Journal of Political Economy, 42(1), 20–36, 1995.
- DOW, S. Post-Keynesian economics. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J.; DAVIS, J. (Eds.) A companion to the history of economic thought. Malden, Oxford, Melbourne and Kurfürstendamm: Blackwell Publishing, 2003.
- DUNLOP, J. The movement of real and money wage rates. Economic Journal 48(191): 413-434, 1938.
- DOMAR, E. Capital expansion, rate of growth and employment. Econometrica 14(2): 137-147, 1946.
- FREITAS, F. Uma análise crítica do modelo kaldoriano de crescimento liderado pelas exportações. (2003). Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A35.pdf>
- FRIEDMAN, M.; KUZNETS, S. Income from independent professional practice. New York: National Bureau of Economic Research, 1945.
- HARCOURT, G. Productivity and technical change. The economic society of Australia, v. 38(83), pp. 388-394, 09, 1962.
- _____. A two-sector model of the distribution of income and the level of employment in the short run. The economic society of Australia, v. 41(93), pp. 103-117, 03, 1965.
- _____. The structure of post-keynesian economics: the core contributions of the pioneers. Cambridge : Cambridge University Press, 2006.
- HARROD, R. An essay in dynamic theory. Economic Journal 49(193): 14-33, 1939.
- KALDOR, N. Annual Survey of Economic Theory: The Recent Controversy on the Theory of Capital. Econometrica, 5, pp. 201-33, 1937.
- _____. Alternative theories of distribution. Review of Economic Studies 23(2): 83-100, 1955-1956.
- _____. A model of economic growth. Economic Journal 67(268): 591-624, 1957.
- _____. Capital accumulation and economic growth. In: LUTZ, F.; HAGUE, D. (Eds.): The theory of capital. St. Martin's Press, 1962.
- _____. Economic growth and the Verdoorn Law - A comment on Mr. Rowthorn's article. Economic Journal 85(340): 891-896, 1975.
- KALECKI, M. A Macrodynamic Theory of Business Cycles. Econometrica, 1935, V.3, 327–344.
- _____. A Theory of the Business Cycle. The Review of Economic Studies, Vol. 4, No. 2, Feb., 1937, pp. 77-97.
- _____. The determinants of distribution of the national income. Econometrica 6(2): 97-112, 1938.
- _____. A Theory of Profit. Economic Journal, 52, pp. 258-66, 1942.
- _____. Selected essays on the dynamics of the capitalist economy, 1933—1970. Cambridge University Press, 1971.
- KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2ª Ed. Nova Cultural: São Paulo, SP, 1985.

- _____. Relative movements of real wages and output. *Economic Journal* 49 (193): 34-51, 1939.
- KRIESLER, P.; HARCOURT, G. The influence of Michal Kalecki on Joan Robinson's approach to economics. (2010). Disponível em: <http://research.economics.unsw.edu.au/RePEc/papers/2010-21.pdf>
- KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- KURZ, H; SALVADORI, N. The post-Keynesian theories of growth and distribution: a survey. In: SETTERFIELD, M. (Org.) *Handbook of alternative theories of economic growth*. Cheltenham, UK - Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2010.
- LAVOIE, M. *Foundations of Post Keynesian economic analysis*. Edward Elgar, 1992.
- LERNER, A. The concept of monopoly and the measurement of monopoly power. In: *Review of Economic Studies*, 1(3): 157-175, 1934.
- MARGLIN, S. *Growth, Distribution, and Prices*. Harvard University Press, 1984.
- OKUN, A.; TOBIN, J. *Macroeconomics, prices, and quantities: essays in memory of Arthur M. Okun*. Massachusetts, N.W. and Washington, D.C.: Wiley-Blackwell, 1983.
- OSIATYNSKI, J. *Collected Works of Michal Kalecki, Volume I, Capitalism, Business Cycles and Full Employment*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- PASINETTI, L. Rate of profit and income distribution in relation to the rate of economic growth. *Review of Economic Studies* 29(4): 267-279, 1962.
- _____. Nicholas Kaldor: a few personal notes. *Journal of Post Keynesian Economics* 5(3): 333-340, 1983.
- PÉREZ MORENO, S. La distribución de la renta en el pensamiento de Keynes: contribuciones económicas, opciones éticas y elementos biográficos claves. *Análisis Económico XXI* (48): 57-77, 2006.
- ROBINSON, J. *La Economía de la competencia imperfecta*. Madrid: Aguilar, 1933.
- _____. *The Accumulation of Capital*, London: Macmillan, 1956.
- _____. 'Accumulation and the production function', *Economic Journal*, 69, 433-42, 1959.
- _____. *Essays in the theory of economic growth*. Macmillan, 1962.
- RONCAGLIA, A. A patchwork post-Keynesian/evolutionary approach to income distribution. (2011). Disponível em: <http://www.centrosraffa.org/public/521f58b6-1a67-4860-b9e4-0e6260f355f2.pdf>
- SAMMUELS, W.; BIDDLE, J.; EMMETT, R. *Research in the history of economic, thought and methodology: A research annual*. Elsevier, 2005.
- SALVADORI, N.; PANICO, C. Unemployment and Growth: A critical survey. In: SALVADORI, N.; PANICO, C. (Orgs.) *Classical, Neoclassical and Keynesian Views on Growth and Distribution*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.
- SRAFFA, P. Sulle relazioni tra costo e quantità prodotta. *Annali di Economia* II(1): 277-328, 1925.
- STOCKHAMMER, E. Robinsonian and Kaleckian growth: an update on post-keynesian growth theories. (1999). Disponível em: <http://epub.wu.ac.at/186/1/document.pdf>
- TARSHIS, L. Changes in real and money wages. *Economic Journal* 49(193): 150-154, 1939.
- TAYLOR, L. *Income distribution, inflation, and growth: Lectures on Structuralist Macroeconomic Theory*. Cambridge; MIT Press, 1991.